

1

O impacto da política do ICMS Esportivo sobre a gestão esportiva municipal de Minas Gerais

Aline Galantinni Silva

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) / Analista da Diretoria de Pesquisa, Controle e Qualificação da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais.

Antônio Eduardo Viana Miranda

Graduado em Administração Pública pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro e em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Diretor de Pesquisa, Controle e Qualificação da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais.

Elisa Maria Pinto da Rocha

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) / Pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

Lucas Moura Pereira

Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) / Analista da Diretoria de Pesquisa, Controle e Qualificação da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais.

Resumo: O ICMS Esportivo é uma política instituída pelo governo de Minas Gerais para repassar aos municípios os recursos oriundos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Os municípios participantes recebem os recursos de acordo com suas realizações no esporte municipal e, desde sua criação, em 2009, essa política tem contribuído para o aumento no número de praticantes, modalidades e atividades esportivas oferecidas no Estado. Tendo em vista que é pré-requisito para participação no ICMS Esportivo que o município possua um conselho municipal de esportes em funcionamento, este estudo tem como objetivo analisar o impacto dessa política na gestão esportiva municipal, dando enfoque à relação estabelecida entre o poder público municipal e o Conselho Municipal de Esportes.

Palavras-chave: ICMS Esportivo. Conselho Municipal de Esportes. Gestão esportiva. Política pública do esporte.

Abstract: *The ICMS Sports is a policy instituted by the Government of Minas Gerais municipalities to pass to the funds from the ICMS- tax on the circulation of goods, interstate and intercity transportation and communication services. Participating municipalities receive resources according to their achievements in the sport hall and since its creation in 2009, the policy has contributed to the increase in the number of practitioners, modalities and sports activities offered in the state. Given that is a prerequisite for participation in the ICMS Sports that the municipality has a municipal sports council in operation, this study aims to analyze the impact of this policy on municipal sports management, with focus on the relationship established between the public municipal council and the municipal sports*

Keywords: *ICMS Sports. Sports council. Sports management. Public policy of the sport.*

1. Introdução

O esporte constitui tema que, a cada dia, ganha mais espaço na agenda de políticas públicas dos governos nacionais e regionais do mundo inteiro. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, estabelece que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um[...]”. Também no artigo 218 da Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989 há compromisso semelhante.

Nesse sentido, destaca-se a política do ICMS Solidário Critério Esportes (ICMS Esportivo), estabelecida pela Lei nº 18.030, de 2009. Por esse critério, os municípios que comprovarem ter um conselho municipal de esportes em funcionamento recebem repasse de recursos oriundos do ICMS, conforme as atividades esportivas que comprovaram ter realizado no ano de análise. Pode-se dizer que o ICMS Esportivo estimula a interação entre conselhos municipais e prefeituras ao exigir que as informações cadastradas pelo representante municipal sejam atestadas pelo presidente do conselho local.

Tendo em vista esse cenário, o objetivo deste artigo é verificar em que medida a política do ICMS Esportivo adotada pelo governo mineiro tem contribuído para o aumento do número de

praticantes, modalidades e atividades esportivas realizadas nos municípios, buscando-se analisar o impacto dessa política na gestão do esporte, tendo como foco central a relação que se estabelece entre o município e o conselho de esportes.

Embora o ICMS Esportivo seja um mecanismo relativamente recente, os dados revelam um significativo aumento no número de municípios beneficiados por essa política. Em 2009, participaram 94 municípios, no ano seguinte, o número passou para 198, já no terceiro ano de vigência, 261 localidades aderiram à política.

Esses dados retratam a crescente aceitação dos municípios mineiros em estruturar conselhos esportivos, a fim de se tornarem aptos a cadastrar atividades esportivas e receberem sua parcela de recursos do ICMS Esportivo.

Por fim, este artigo se propõe a analisar a efetividade da política do ICMS Esportivo. Segundo Castro (2006), a efetividade constitui-se em um padrão de mensuração que busca verificar em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. No contexto deste trabalho, torna-se relevante, então, verificar se os cidadãos têm tido mais acesso às atividades esportivas mediante a adesão do município ao ICMS Esportivo. Levanta-se como hipótese deste estudo a de que o ICMS Esportivo contribui para a melhoria na organização de informações esportivas, o estreitamento das relações entre os atores esportivos locais e a ampliação do número de atividades esportivas oferecidas à população.

2. Referencial teórico

O processo de democratização no Brasil culminou em um processo de descentralização nas mais diversas áreas de atuação pública, resultando em “significativa redução da capacidade da União de utilizar os fundos públicos como mecanismos de articulação dos interesses regionais” (FUNDAP/IESP *apud* GARCIA, 2002, p. 10). No âmbito de competências tributárias, os gover-

nos chamados subnacionais ou intermediários têm alcançado alto grau de autonomia orçamentária “com ampla liberdade para legislar (até mesmo para fixação das alíquotas), coletar, gerir e gastar recursos” (AFONSO, 1994, p. 354). Em grande parte dos casos, o papel estadual e municipal na gestão desses recursos é fixado no próprio texto da Constituição, como é o caso do ICMS, que é um tributo de competência das unidades da Federação.

O ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 158, determina que os 25% da receita do produto da arrecadação pelo Estado que pertencem aos municípios serão distribuídos da seguinte maneira: $\frac{3}{4}$ são distribuídos aos municípios na proporção do Valor Adicionado nas Operações Fiscais (VAF) e o restante, distribuído de acordo com o disposto em lei estadual. Em Minas Gerais, essa distribuição é definida pela Lei nº 18.030, de 2009, conhecida como “ICMS Solidário”.

Atualmente, os critérios de distribuição são 18, entre eles, o critério “Esportes”, apurado de acordo com a relação percentual entre as atividades esportivas desenvolvidas pelo município e o somatório das atividades esportivas desenvolvidas por todos os municípios do Estado. O critério corresponde a 0,1% da receita do produto da arrecadação do ICMS devida aos municípios, conforme o Decreto nº 45.393, de 2010, e a Resolução SEEJ 13/2013.

Para receber recursos do ICMS Esportivo, é necessário que o município crie e mantenha ativo um conselho de esporte cadastrado no Conselho Estadual de Desportos. O conselho é um órgão colegiado de caráter consultivo e/ou deliberativo, que busca contribuir para a melhor prestação de serviços à sociedade, tornando-se “simultaneamente canal democrático de relação entre o Estado e a sociedade e instância de controle social sobre os governos” (GOMES, 2003, p. 10).

Esse órgão corresponde a uma esfera de representação de interesses e mediação de conflitos, articulado com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de programas e projetos

esportivos para toda a população, auxiliando na organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal. Nesse sentido, constitui importante instrumento à disposição da sociedade para o exercício do controle social sobre as políticas públicas (GOMES, 2003).

Dada a importância dos conselhos como mecanismos de apoio ao desenvolvimento esportivo no Estado, a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ) vem empreendendo esforços no sentido de estimular a criação de conselhos municipais de esporte em Minas Gerais e de estabelecer estratégias comuns de implantação de políticas públicas voltadas para o esporte no Estado. Nesse aspecto, é importante ressaltar os estudos de Höfling (2001), que argumenta que política pública é a ação do Estado, por meio de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

O ICMS Esportivo, além de ilustrar a ação pública no setor de esporte, constitui-se mecanismo que potencializa a presença da gestão pública do esporte nas plataformas de governo tanto federal quanto estaduais e municipais, tornando-se, portanto, fator modelador e influenciador da dinâmica social (GALINDO, 2010).

Para efeitos da política do ICMS Esportivo em Minas Gerais, as atividades esportivas são classificadas em 13 categorias, cada uma com peso específico em seu cálculo: projetos socioeducacionais, esporte para pessoas com deficiência, jogos escolares municipais, Minas Olímpica: jogos escolares de Minas Gerais, Minas Olímpica: jogos de Minas, atividades de futebol amador, esporte para a terceira idade, atividades de lazer, qualificação de agente esportivo, xadrez na escola, academia na escola, outros programas/projetos e instalação/reforma de equipamento esportivo.

Dessa forma, o município cadastra as atividades que realizou, identificando em qual das 13 categorias se enquadra. Cada atividade deve ter pelo menos uma modalidade e seu respectivo número de participantes.

O cálculo das parcelas dos municípios participantes é obtido por meio da seguinte fórmula: $IE = (N \times P \times NM \times NA) / MB$, em que:

IE = Índice de esportes do município.

N = Nota da atividade esportiva desenvolvida pelo município, conforme a Lei Estadual nº 18.030, de 2009

P = Peso da receita corrente líquida *per capita*, definida anualmente pela Fundação João Pinheiro (FJP).

NM = Número de modalidades esportivas de que o município participa.

NA = Número de atletas participantes em cada atividade esportiva.

MB = Somatório das notas de todos os municípios beneficiados.

O índice de esportes de um município é obtido, então, multiplicando-se a nota da atividade esportiva pelo peso da receita líquida *per capita*, pelo número de modalidades esportivas, pelo número de atletas participantes aprovados pela equipe técnica da SEEJ, dividindo-se o resultado obtido pela soma das notas de todos os municípios participantes.

3. Metodologia

Este estudo classifica-se como uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, pois busca descrever as características, propriedades e relações existentes na realidade pesquisada, conhecer as situações e relações “na vida social, política, econômica e nos demais aspectos do comportamento humano” (RAMPAZZO, 2005, p. 54). A pesquisa exploratória pode ser definida como aquela que proporciona maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito. De acordo com Gil (2002), essa pesquisa toma forma descritiva ao pretender descrever as características de determinada população ou fenômeno, como é o caso deste estudo, que busca analisar o impacto da política do ICMS Esportivo sobre a gestão esportiva municipal em Minas Gerais.

Os procedimentos técnicos utilizados neste estudo foram levantamento bibliográfico, documental e de campo. Primeiramente,

a elaboração do trabalho envolveu a realização de levantamento bibliográfico e documental (livros, artigos, teses, dissertações, leis e decretos), no sentido de elucidar conceitos e significados associados ao tema, conforme descrito na seção 3. As principais temáticas discutidas foram descentralização tributária, participação cívica, governança e gestão de políticas públicas do esporte, identificação do modo de cálculo e base legal do ICMS Esportivo.

Na fase correspondente à análise de dados, procurou-se atender ao primeiro objetivo específico do trabalho – verificar a trajetória dos municípios atendidos pelo ICMS Esportivo no período de 2009 a 2011 – e, para tal, foram utilizados o levantamento e a análise da tipologia do número de atividades esportivas, modalidades e participantes. Os dados foram obtidos nos Relatórios de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério “Esportes” relativos aos anos de 2009, 2010 e 2011.

Para tanto, primeiramente, foram identificados os municípios que participaram do ICMS Esportivo ao longo dos três anos de vigência da medida. A seguir, foram coletados os dados de cada localidade esportiva durante o período sob consideração, tomando-se por base as seguintes categorias: número de atividades desenvolvidas, modalidades¹ e participantes².

A fim de identificar eventuais variações ocorridas durante o período de análise, optou-se por realizar as seguintes comparações temporais entre subperíodos: 2009-2010, 2010-2011 e 2009-2011, pela seguinte fórmula: $(P - P_{anterior} / P_{anterior}) \times 100$, em que P é o período.

Para alcançar o segundo objetivo específico do estudo – analisar a percepção dos gestores públicos do Município de Arcos quanto à influência do ICMS Esportivo na organização e execução das atividades esportivas locais –, decidiu-se pelo estudo de caso como procedimento para a realização do levantamento de campo, tendo em vista a necessidade de se retratar a complexidade da realidade local. Nesse sentido, trata-se do interesse de “pesquisar uma situação singular, particular, focalizando o problema em seu aspecto total” (OLIVEIRA, 2012, p. 5).

A partir da análise da trajetória dos municípios atendidos pelo ICMS Esportivo no período de 2009 a 2011, o procedimento seguinte foi selecionar o município para a realização do levantamento de campo, e o município selecionado foi Arcos. Essa escolha deu-se pelo fato de esse município poder ser considerado como o mais representativo (entre aqueles municípios participantes do ICMS Esportivo) no nível de massificação e diversificação da prática esportiva no Estado de Minas Gerais. Para a identificação do município (entre os 69 participantes do ICMS Esportivo) que atenderia ao critério de representatividade, foi calculada a variação dos resultados de cada um dos 69 municípios analisados nos três critérios: atividades, atletas e modalidades, nos períodos de 2009 a 2010 e 2010 a 2011. O mesmo procedimento foi adotado para a soma dos resultados dos municípios. De posse desses valores numéricos, verificou-se qual município apresentou a menor distância da variação do total dos municípios considerados. Como resultado desse procedimento, observou-se que Arcos foi a localidade que apresentou a menor diferença em relação à variação da soma dos municípios nos três critérios de análise.

O instrumento de coleta de dados e informações relativo ao estudo de caso no Município de Arcos correspondeu à elaboração de roteiro e à realização de entrevistas semiestruturadas com os conselheiros municipais, em que se procurou identificar a sua percepção sobre pontos facilitadores e aspectos críticos relativos ao processo de fomento do esporte no município. Ou seja, buscou-se compreender em que aspectos a participação do município na política do ICMS Esportivo teria influenciado a gestão das políticas públicas esportivas locais. Assim, o procedimento favoreceu a compreensão do problema de pesquisa e permitiu a obtenção de novas informações, o que é fundamental nos estudos de caso (TRIVIÑOS *apud* MANZINI, 2012).

4. Análise dos dados

4.1 Trajetória dos municípios atendidos pelo ICMS Esportivo

De acordo com os dados obtidos nos relatórios de indicadores esportivos são 69 os municípios que participaram das três edições do ICMS Esportivo no período de 2009 a 2011.

Analisando-se a tabela 1 em relação ao critério número de atividades esportivas, os resultados indicam aumento no número de atividades esportivas aprovadas pelos municípios. Esse crescimento, entretanto, não significa, necessariamente, aumento real no número de atividades desenvolvidas. O índice pode ser resultado de uma evolução de parte da administração do município responsável pela coleta de informações e documentos comprobatórios para o ICMS Esportivo, o que possibilitou um maior número de atividades aprovadas.

Considerando-se a análise desagregada em subperíodos, e tendo em vista o conjunto dos 69 municípios analisados, observa-se que, no período de 2009 a 2010, 43 deles apresentaram aumento no número de atividades realizadas (evolução de 10% a 1.100%), enquanto, no subperíodo de 2010 a 2011, registrou-se número relativamente menor de municípios que apresentaram incremento no número de atividades: 38 deles aumentaram entre 4% e 800% as atividades realizadas. Por sua vez, na comparação entre 2009 e 2011, observa-se que 46 municípios apresentaram evolução de 8% a 1.150%.

Tabela 1 – Número de atividades desenvolvidas e variações no período 2009-2011

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Angelândia	8	13	17	63%	31%	113%
Araporã	1	1	1	0%	0%	0%
Araújos	8	7	12	-13%	71%	50%
Arcos	31	57	55	84%	-4%	77%
Aricanduva	8	26	16	225%	-38%	100%
Arinos	13	24	24	85%	0%	85%
Buenópolis	2	1	1	-50%	0%	-50%
Cabo Verde	5	6	5	20%	-17%	0%
Caeté	2	2	5	0%	150%	150%
Campo Belo	17	24	46	41%	92%	171%

continua ...

...continuação

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Canápolis	4	9	10	125%	11%	150%
Capitólio	6	34	28	467%	-18%	367%
Caratinga	13	10	13	-23%	30%	0%
Carmo do Paranaíba	24	33	19	38%	-42%	-21%
Cataguases	12	21	40	75%	90%	233%
Chapada Gaúcha	1	12	12	1100%	0%	1100%
Congonhas	2	2	4	0%	100%	100%
Cristais	5	7	19	40%	171%	280%
Cristina	5	8	5	60%	-38%	0%
Diamantina	7	13	19	86%	46%	171%
Dona Eusébia	1	1	3	0%	200%	200%
Dores de Campos	10	16	30	60%	88%	200%
Elói Mendes	28	56	62	100%	11%	121%
Felício dos Santos	4	10	15	150%	50%	275%
Fernandes Tourinho	2	4	15	100%	275%	650%
Fruta de Leite	3	5	3	67%	-40%	0%
Gonzaga	11	17	13	55%	-24%	18%
Governador Valadares	13	52	41	300%	-21%	215%
Guaxupé	26	57	46	119%	-19%	77%
Guidoval	9	1	1	-89%	0%	-89%
Ilicínea	9	18	10	100%	-44%	11%
Ipaba	9	11	0	22%	-100%	-100%
Ipatinga	8	14	17	75%	21%	113%
Itajubá	2	22	25	1000%	14%	1150%
Itamogi	7	14	22	100%	57%	214%
Itamonte	4	5	38	25%	660%	850%
Itanhandu	18	16	17	-11%	6%	-6%
Ituiutaba	10	8	20	-20%	150%	100%
Jaboticatubas	12	4	4	-67%	0%	-67%
João Monlevade	10	11	5	10%	-55%	-50%

continua ...

...continuação

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
João Pinheiro	3	1	2	-67%	100%	-33%
José Raydan	4	1	3	-75%	200%	-25%
Juiz de Fora	3	2	3	-33%	50%	0%
Martinho Campos	14	28	23	100%	-18%	64%
Monte Santo de Minas	2	1	4	-50%	300%	100%
Morro da Garça	1	10	4	900%	-60%	300%
Patrocínio	10	22	40	120%	82%	300%
Pedra do Anta	1	8	6	700%	-25%	500%
Perdigão	2	1	3	-50%	200%	50%
Poté	6	9	2	50%	-78%	-67%
Presidente Olegário	8	11	17	38%	55%	113%
Ribeirão das Neves	9	8	18	-11%	125%	100%
Rio Novo	11	29	48	164%	66%	336%
Santana de Cataguases	9	6	13	-33%	117%	44%
São Francisco de Sales	2	1	9	-50%	800%	350%
São Geraldo	1	10	4	900%	-60%	300%
São José do Jacuri	12	15	13	25%	-13%	8%
São Sebastião do Rio Preto	1	5	5	400%	0%	400%
Sapucaí-Mirim	6	18	22	200%	22%	267%
Serra da Saudade	6	2	17	-67%	750%	183%
Sete Lagoas	4	3	2	-25%	-33%	-50%
Silvianópolis	9	3	6	-67%	100%	-33%
Taparuba	6	2	0	-67%	-100%	-100%
Tarumirim	6	9	6	50%	-33%	0%
Três Marias	21	28	19	33%	-32%	-10%
Turmalina	14	9	18	-36%	100%	29%
Ubaporanga	5	2	5	-60%	150%	0%
Uberlândia	25	46	48	84%	4%	92%
Verdelândia	8	1	1	-88%	0%	-88%
Total	579	943	1099	63%	17%	90%

Fonte: Elaboração própria.

Ao se aprofundar o estudo do número de modalidades aprovadas pelos municípios, observa-se que o total de modalidades é praticamente estável ao longo dos anos. Assim, os resultados da pesquisa revelam queda de 9% entre 2009 e 2010, seguida de elevação de 8% entre 2010 e 2011. Em termos absolutos, o total de modalidades foi de 754 em 2009, e de 745 em 2011, conforme mostrado na tabela 2.

No período de 2009 a 2010, 26 municípios apresentaram elevação no desenvolvimento de modalidades esportivas (variação de 7% a 600%); no período de 2010 a 2011, 36 municípios apresentaram aumento (de 5% a 233%), enquanto no período de 2009 a 2011, os resultados indicam que 33 municípios apresentaram elevação no número de modalidades esportivas (variação de 8% a 600%).

Tabela 2 – Número de modalidades das atividades esportivas e variações no período 2009-2011

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Angelândia	8	11	12	38%	9%	50%
Araporã	3	3	3	0%	0%	0%
Araújos	11	5	7	-55%	40%	-36%
Arcos	20	16	19	-20%	19%	-5%
Aricanduva	18	12	14	-33%	17%	-22%
Arinos	8	10	9	25%	-10%	13%
Buenópolis	4	1	1	-75%	0%	-75%
Cabo Verde	15	6	4	-60%	-33%	-73%
Caeté	11	10	13	-9%	30%	18%
Campo Belo	18	14	30	-22%	114%	67%
Canápolis	7	6	7	-14%	17%	0%
Capitólio	12	24	23	100%	-4%	92%
Caratinga	15	16	25	7%	56%	67%
Carmo do Paranaíba	8	18	12	125%	-33%	50%
Cataguases	21	19	23	-10%	21%	10%

continua ...

...continuação

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Chapada Gaúcha	2	4	5	100%	25%	150%
Congonhas	6	7	11	17%	57%	83%
Cristais	7	4	12	-43%	200%	71%
Cristina	6	4	4	-33%	0%	-33%
Diamantina	20	12	19	-40%	58%	-5%
Dona Eusébia	3	2	4	-33%	100%	33%
Dores de Campos	9	6	11	-33%	83%	22%
Elói Mendes	22	28	28	27%	0%	27%
Felício dos Santos	7	10	14	43%	40%	100%
Fernandes Tourinho	1	4	7	300%	75%	600%
Fruta de Leite	7	2	2	-71%	0%	-71%
Gonzaga	13	14	12	8%	-14%	-8%
Governador Valadares	14	20	24	43%	20%	71%
Guaxupé	19	24	23	26%	-4%	21%
Guidoval	12	3	3	-75%	0%	-75%
Ilicínea	9	15	8	67%	-47%	-11%
Ipaba	6	5	0	-17%	-100%	-100%
Ipatinga	30	20	21	-33%	5%	-30%
Itajubá	6	23	19	283%	-17%	217%
Itamogi	10	13	9	30%	-31%	-10%
Itamonte	10	3	7	-70%	133%	-30%
Itanhandu	22	13	12	-41%	-8%	-45%
Ituiutaba	13	12	14	-8%	17%	8%
Jaboticatubas	9	3	3	-67%	0%	-67%
João Monlevade	25	12	14	-52%	17%	-44%
João Pinheiro	7	1	2	-86%	100%	-71%
José Raydan	3	2	4	-33%	100%	33%
Juiz de Fora	12	11	15	-8%	36%	25%
Martinho Campos	11	14	12	27%	-14%	9%
Monte Santo de Minas	5	2	3	-60%	50%	-40%

continua ...

...continuação

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Morro da Garça	1	7	4	600%	-43%	300%
Patrocínio	16	15	16	-6%	7%	0%
Pedra do Anta	2	7	6	250%	-14%	200%
Perdigão	7	1	3	-86%	200%	-57%
Poté	9	7	3	-22%	-57%	-67%
Presidente Olegário	11	10	9	-9%	-10%	-18%
Ribeirão das Neves	15	22	19	4%	-14%	27%
Rio Novo	14	21	25	50%	19%	79%
Santana de Cataguases	7	6	7	-14%	17%	0%
São Francisco de Sales	3	3	6	0%	100%	100%
São Geraldo	4	10	10	150%	0%	150%
São José do Jacuri	9	11	7	22%	-36%	-22%
São Sebastião do Rio Preto	1	5	4	400%	-20%	300%
Sapucai-Mirim	6	11	11	83%	0%	83%
Serra da Saudade	5	3	10	-40%	233%	100%
Sete Lagoas	11	7	9	-36%	29%	-18%
Silvianópolis	9	4	4	-56%	0%	-56%
Taparuba	11	2	0	-82%	-100%	-100%
Tarumirim	5	3	5	-40%	67%	0%
Três Marias	24	19	12	-21%	-37%	-50%
Turmalina	11	6	13	-45%	117%	18%
Ubaporanga	11	2	4	-82%	100%	-64%
Uberlândia	39	42	33	8%	-21%	-15%
Verdelândia	18	1	1	-94%	0%	-94%
Total	754	689	745	-9%	8%	-1%

Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar, como uma limitação da análise, que as modalidades estão associadas a uma espécie de atividade esportiva. Por exemplo, se o município ofereceu futsal em uma atividade de

lazer, e também para a terceira idade, entende-se, mesmo em se tratando da mesma modalidade, que o município ofereceu duas modalidades distintas. Os dados quantitativos relativos ao número de atletas indicam ter ocorrido aumento no número total de atletas no período sob consideração: registrou-se taxa de crescimento anual de 24% entre 2009 e 2010 e de 5% entre 2010 e 2011. Vale destacar, entretanto, não ser possível afirmar se de fato um número maior de pessoas esteja sendo beneficiado, ou se elas estariam praticando mais atividades esportivas. Foram 31 os municípios que apresentaram crescimento no número de beneficiados, de 8% a 4.587%, entre 2009 e 2010. No período de 2010 a 2011, observou-se que o número de municípios que variaram entre 2% e 2.708% subiu para 40. Já na comparação do período de 2009 a 2011, os dados revelam que 35 municípios apresentaram crescimento do número de beneficiados, com variação entre 12% e 3.526%.

Em síntese, durante o período analisado, observou-se que, entre o conjunto de 69 municípios considerados, apenas dois apresentaram crescimento nos três critérios analisados em todos os anos: Fernandes Tourinho e Rio Novo.

Tabela 3 – Número de atletas participantes das atividades esportivas e variações no período 2009-2011

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Angelândia	2217	952	2934	-57%	208%	32%
Araporã	152	59	103	-61%	75%	-32%
Araújos	1066	970	816	-9%	-16%	-23%
Arcos	6554	6532	5469	0%	-16%	-17%
Aricanduva	3717	4766	92	28%	-98%	-98%
Arinos	1795	2885	2960	61%	3%	65%
Buenópolis	304	24	13	-92%	-46%	-96%
Cabo Verde	320	261	422	-18%	62%	32%
Caeté	228	144	592	-37%	311%	160%
Campo Belo	4798	4192	6832	-13%	63%	42%

continua ...

...continuação

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
Canápolis	1790	1928	1438	8%	-25%	-20%
Capitólio	1195	3093	3352	159%	8%	181%
Caratinga	4608	2661	4186	-42%	57%	-9%
Carmo do Paranaíba	2427	3830	3965	58%	4%	63%
Cataguases	5126	4342	6855	-15%	58%	34%
Chapada Gaúcha	502	1264	1929	152%	53%	284%
Congonhas	2407	289	828	-88%	187%	-66%
Cristais	824	730	1554	-11%	113%	89%
Cristina	532	1051	1019	98%	-3%	92%
Diamantina	3404	3682	9796	8%	166%	188%
Dona Eusébia	76	46	192	-39%	317%	153%
Dores de Campos	1516	1340	2173	-12%	62%	43%
Elói Mendes	7609	844	5931	11%	-30%	-22%
Felício dos Santos	1043	1287	207	23%	-84%	-80%
Fernandes Tourinho	152	338	1932	122%	472%	1171%
Fruta de Leite	556	458	636	-18%	39%	14%
Gonzaga	2591	2790	898	8%	-68%	-65%
Governador Valadares	14184	45732	34206	222%	-25%	141%
Guaxupé	6765	10320	5009	53%	-51%	-26%
Guidoval	495	56	45	-89%	-20%	-91%
Ilicínea	3100	2599	862	-16%	-67%	-72%
Ipaba	1250	2537	1	103%	-100%	-100%
Ipatinga	4458	3468	6511	-22%	88%	46%
Itajubá	2102	5445	4128	159%	-24%	96%
Itamogi	343	1178	1828	243%	55%	433%
Itamonte	602	1461	1700	143%	16%	182%
Itanhandu	3245	4026	2577	24%	-36%	-21%
Ituiutaba	4698	2632	6940	-44%	164%	48%
Jaboticatubas	4204	609	674	-86%	11%	-84%
João Monlevade	5942	6162	3686	4%	-40%	-38%

continua ...

...continuação

Município	2009	2010	2011	Varição 2009 2010	Varição 2010 2011	Varição 2009 2011
João Pinheiro	579	11	32	-98%	191%	-94%
José Raydan	838	52	630	-94%	1112%	-25%
Juiz de Fora	5759	358	4078	-94%	1039%	-29%
Martinho Campos	4466	2315	1890	-48%	-18%	-58%
Monte Santo de Minas	2567	51	63	-98%	24%	-98%
Morro da Garça	23	256	834	1013%	226%	3526%
Patrocínio	5174	3997	28202	-23%	606%	445%
Pedra do Anta	76	709	477	833%	-33%	528%
Perdigão	663	36	1011	-95%	2708%	52%
Poté	1172	848	62	-28%	-93%	-95%
Presidente Olegário	1081	2323	2370	115%	2%	119%
Ribeirão das Neves	3123	10992	4220	252%	-62%	35%
Rio Novo	799	2925	3583	266%	22%	348%
Santana de Cataguases	899	362	776	-60%	114%	-14%
São Francisco de Sales	228	600	620	163%	3%	172%
São Geraldo	76	1101	2585	1349%	135%	3301%
São José do Jacuri	1128	1458	976	29%	-33%	-13%
São Sebastião do Rio Preto	23	1078	765	4587%	-29%	3226%
Sapucaí-Mirim	2049	3361	3003	64%	-11%	47%
Serra da Saudade	1593	479	1787	-70%	273%	12%
Sete Lagoas	1638	467	341	-71%	-27%	-79%
Silvianópolis	1806	248	246	-86%	72%	-76%
Taparuba	1067	514	1	-52%	-100%	-100%
Tarumirim	1218	1068	1073	-12%	0%	-12%
Três Marias	7159	4550	3546	-36%	-22%	-50%
Turmalina	3053	1418	2745	-54%	94%	-10%
Ubaporanga	1713	201	362	-88%	80%	-79%
Uberlândia	17164	35517	32082	107%	-10%	87%
Verdelândia	3116	46	49	-99%	7%	-98%
Total						

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Percepção dos conselheiros esportivos do Município de Arcos quanto à influência do ICMS Esportivo na organização e execução das atividades esportivas

O Conselho Municipal de Esportes do Município de Arcos foi criado pela Lei nº 2.227, de 9 de julho de 2009, e, segundo a Portaria nº 008/2012, foram nomeados oito conselheiros. O conselho é composto de: dois representantes da rede municipal de ensino e dois da rede particular; um representante da sociedade civil; um representante da Liga Arcoense de Desportos; e dois representantes do Executivo Municipal.

Os conselheiros de Arcos estão em exercício há dois ou três anos em média, à exceção de um deles, cuja participação é de menos de um ano (em substituição a um representante afastado por problemas médicos). Portanto, o período de participação desses conselheiros coincide com o período que o município participa da política do ICMS Esportivo.

As entrevistas tiveram como objetivo principal entender a posição dos conselheiros municipais quanto à influência do ICMS Esportivo na organização e execução das atividades esportivas locais. As entrevistas foram realizadas com base no roteiro constante no Apêndice A deste estudo. Foram entrevistados seis conselheiros, pois dois deles não foram encontrados durante a realização das entrevistas. Por sua relevância na política desportiva do município, a Secretária de Esportes também foi entrevistada e respondeu aos questionamentos via *e-mail*.

Inicialmente, procurou-se saber como funciona o conselho municipal, os mecanismos de apresentação de demandas e as pautas das reuniões.

A primeira constatação é que, segundo os entrevistados, não há uma distinção clara entre os papéis sociais do poder público e da sociedade civil. Isto é, as falas demonstram que os membros dos conselhos, ditos como “representantes da sociedade civil”, têm uma forte ligação com o poder público: “normalmente os

conselheiros já possuem ligação com o poder público, seja estadual ou municipal.”

Percebe-se um caráter formal quanto à regularidade das reuniões oficiais do conselho. No entanto, os conselheiros também costumam se reunir informalmente para discutir assuntos pertinentes ao esporte, principalmente na iminência de competições e outros eventos esportivos locais.

Eles se reúnem mais que as reuniões do conselho. Para fazer ata é de dois em dois meses. É porque o pessoal sempre se encontra quando tem campeonato, quando tem algum evento, o pessoal sempre se encontra. Mas, para fazer ata do conselho, é de dois em dois meses.

Nesse aspecto é possível caracterizar o Conselho Municipal de Esporte como um grupo social, uma vez que, por meio dele, estabelece-se uma identidade comum entre os participantes, que compartilham valores, interesses e obrigações. Isto é, o papel de conselheiro esportivo municipal confere um dever e uma responsabilidade legitimados não só pelos próprios membros do conselho, como também pelos demais atores envolvidos, possibilitando a eles discutirem, mesmo informalmente, os assuntos esportivos do município.

Percebe-se, também, que os membros do conselho são pessoas com considerável envolvimento e conhecimento na área esportiva do município. As falas dos entrevistados sobre as discussões nas reuniões demonstram proximidade com a realidade do esporte municipal:

A gente sempre está acompanhando o desenvolvimento do esporte nas quadras. Ver se precisa da gente mandar mais técnicos para as quadras, ver se precisa mandar mais material de esportes, como “tá” a situação de material, se “tá” em falta, se não “tá” (...).

Às vezes, está faltando pagar um estádio para um campeonato, às vezes não tem arbitragem e os próprios meninos têm que arbitrar. Aí a gente vê a

necessidade de uma arbitragem mais profissional, material esportivo, às vezes os técnicos estão precisando de material esportivo (...)

Como enfatizado anteriormente, o Conselho Municipal de Esporte pode apresentar caráter deliberativo ou consultivo. No caso de Arcos, percebe-se que o conselho assume mais claramente o aspecto consultivo. Segundo relatado pelos entrevistados, o conselho costuma, com frequência, discutir e emitir opiniões sobre assuntos relacionados aos gastos públicos no esporte, ficando a cargo do poder público tomar as decisões. A relação entre o conselho e o poder público é muito estreita no município, e os membros do conselho gozam de consideração e legitimidade da prefeitura para emitir opiniões sobre o esporte local, sem necessariamente recorrerem aos meios formais de requerimento:

A gente fala o que saiu errado que o poder público fez (...) e a gente faz o pedido (...) geralmente a gente não faz nada por ofício, fazemos boca a boca mesmo.

As falas dos entrevistados revelam que os anseios dos conselheiros na maioria das vezes são atendidos pelo poder público:

Depois do nosso pedido veio muito material, incentivamos a participação nos torneios estaduais (...). Essas demandas costumam ser atendidas pelo poder público, 80%, 90% das nossas ideias são aceitas.

Vale ressaltar não ser obrigação que os valores repassados por meio do ICMS Esportivo sejam destinados ao esporte. A fala de um dos entrevistados demonstra preocupação com a vulnerabilidade do setor esportivo local em decorrência da mudança de governo, pois não há exigência de manutenção de um fundo próprio para os recursos recebidos pelo ICMS Esportivo:

Então esse dinheiro vem, ele cai em fundo perdido, se o prefeito quiser gastar em esporte, ele gasta, se não, ele não gasta. No nosso caso ele ainda gasta, mas, se tiver qualquer prefeitura que não quiser gastar, ele não vai gastar não (...)

No caso de Arcos, é frequente investir recursos na área esportiva que ultrapassam os montantes repassados pelo programa:

(...) recebem R\$ 180 mil e gastam R\$ 1 milhão no esporte. Quer dizer que, mesmo esses R\$ 180 mil não sendo utilizados diretamente no esporte, o investimento no esporte é muito grande. Eu acho que ele está sendo gasto todo no esporte, mesmo porque o gasto no esporte é ele e mais um tanto.

Nesse ponto, os entrevistados foram questionados sobre o direcionamento desses recursos. Segundo eles, os investimentos são destinados, primordialmente, à infraestrutura e compra de material esportivo. Também foram citadas despesas com taxas gerais, arbitragem e transporte de atletas. Embora esses gastos sejam direcionados e pontuais, os entrevistados entendem que a alocação desses recursos mostra-se eficiente. Entendem, entretanto, que algumas áreas poderiam ser mais fomentadas, a exemplo de investimentos na formação de atletas, categorias de base, recursos humanos: “infraestrutura já tem, agora falta investimento no ser humano”.

Percebe-se, também, um esforço do município em fomentar a diversificação das modalidades esportivas e aumentar o número de participantes e atividades.

Segundo os entrevistados, o futebol de campo e o futsal são as modalidades mais praticadas e que contam com maior número de adeptos, com média de 200 participantes. Com cerca de 30 atletas em cada evento, em seguida foram citadas handebol, basquete e vôlei como modalidades de grande aceitação pela população. Os entrevistados citaram ainda artes marciais, atletismo, peteca, xadrez, ciclismo, natação e hidroginástica. Evidenciou-se, também, preocupação em oferecer esporte a grupos específicos da população, como jovens e idosos.

Diante disso, observa-se que o município apresenta relativa diversificação de modalidades esportivas oferecidas e uma preocupação dos conselheiros e município em apoiar a realização de novas modalidades, atividades e contemplar mais pessoas:

Então a gente sempre discute isso, que a gente precisa envolver mais... um mês é *muay thai*, outro é ciclismo, outro é enduro, nós temos também tentado trazer etapas do Mineiro pra cá, fizemos o circuito de canoagem.

O representante municipal é o responsável por incluir as documentações no sistema do ICMS e, no caso de Arcos, atualmente também é membro do conselho. Segundo o relato desse entrevistado, verifica-se a dificuldade em recolher e administrar os documentos referentes às atividades esportivas realizadas, mas as palavras do entrevistado revelam que o município está melhorando sua organização documental com as solicitações do poder público para fins de comprovação do ICMS Esportivo:

O que é difícil é que o pessoal do esporte não “tá” acostumado a mexer com documento. Antigamente, quando faziam um evento, não guardavam documento, não tinha súmula, não tinha regulamento, não tinha tabela, não tinha documento, não tinha nada. Agora é que isso está se organizando, que está virando uma cultura de que todo mundo tem que se organizar para criar um evento.

De maneira geral, os entrevistados consideraram ter ocorrido evolução favorável na área esportiva do município nos últimos três anos, período de vigência do ICMS Esportivo, mas reconhecem a necessidade de avanços e melhorias:

Acredito que a gestão esportiva conseguiu manter-se constante em suas atividades. Melhoramos em muitos aspectos, como por exemplo, coordenação dos campeonatos municipais, mas temos que melhorar em outras áreas.

5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal entender em que medida a instituição do ICMS Esportivo impactou a organização e execução das ações esportivas dos municípios que participaram nos três anos de realização da política em Minas Gerais.

Em termos gerais, para o caso dos 69 municípios que participaram da política, foi possível verificar crescimento quantitativo em relação aos critérios relativos ao número de atividades esportivas aprovadas e seus participantes, embora o número de modalidades esportivas tenha se mantido estável. Diante desse resultado, uma hipótese que poderia ser levantada é a de que investimentos realizados pelos municípios na área de esportes seriam mais direcionados para a ampliação do atendimento do que para a diversificação das modalidades esportivas.

Porém, pela ilustração do caso do Município de Arcos, observa-se que há interesse e implementação de esforços por parte dos atores esportivos locais para desenvolver maior número de modalidades esportivas e contemplar maior número de atletas.

Após análise dos depoimentos dos conselheiros municipais de Arcos, conclui-se que o valor investido pelo município no esporte encontra-se em patamar significativamente superior ao volume de repasse do ICMS Esportivo.

Além disso, foi possível compreender o papel consultivo do conselho municipal e sua relação estreita com o poder público. Pela experiência de Arcos, pode-se dizer que a forte interação entre o conselho e a prefeitura constitui-se um dos principais facilitadores do desenvolvimento e diversificação do esporte local. Cabe salientar que essa estreita relação entre o conselho e a prefeitura pode ter criado um viés nas falas dos conselheiros entrevistados, dificultando a análise dos discursos produzidos.

Sob o ponto de vista municipal, os resultados do estudo sugerem que a política do ICMS Esportivo mostrou-se efetiva por contribuir principalmente para: (a) melhoria na organização de informações esportivas; (b) melhoria na interação entre os atores esportivos locais em decorrência, entre outras, da própria necessidade de se conseguir informações e documentos comprobatórios para fins do ICMS Esportivo; e (c) ampliação do número de atividades esportivas oferecidas à população.

É preciso ressaltar que a temática tratada neste trabalho necessita ser mais bem investigada pela academia, a fim de buscar respostas para as questões relativas à intensidade das relações entre os atores esportivos e ao processo de tomada de decisão quanto aos investimentos públicos na área de esportes, entre outras.

O estudo revela que a política do ICMS Esportivo tem papel de extrema importância para a manutenção do esporte no âmbito dos municípios, pois fomenta uma melhor organização documental e, principalmente, estreita ainda mais as relações entre os atores esportivos locais. Por outro lado, O ICMS Esportivo não se constitui o único mecanismo promotor do esporte municipal, uma vez que os recursos repassados nem sempre são suficientes para atender à política esportiva.

Notas:

¹ Na análise das modalidades e atividades esportivas não foram consideradas as atividades e modalidades relativas ao Inventário Esportivo Municipal e às Conferências Municipal e Regional do Esporte. Isso porque o inventário não se refere a uma atividade esportiva, mas a uma pontuação resultante do preenchimento das informações no sistema. Já as conferências foram convocadas apenas uma vez no período, não permitindo a continuidade da ação no tempo.

² No relatório de 2009, o número de atletas não estava disponível nas atividades esportivas, apenas o valor por faixa. Assim sendo, os valores das faixas foram estimados por uma média ajustada das faixas de atletas de 2010 e 2011, de acordo com a pontuação obtida pelos municípios nesses anos. No cálculo, não foram considerados os 5% menores e os 5% maiores valores.

Referências

AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Descentralização Fiscal**: Revendo Ideias. Ensaios, FEE, Porto Alegre, 1994. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1718/2088>. Acesso em: 25 jul. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 23 jul. 2012.

CASTRO, Rodrigo Batista de. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. In: 30^o Encontro da Anpad. 2006. Salvador, BA. Disponível em: http://www.professorgersonborges.com.br/site/aulas_interdisciplinar/Artigo_Administracao_Administracao_Publica.pdf. Acesso em: 24 set. 2012.

GALINDO, Alexandre Gomes. Administração de políticas públicas de esporte: um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor. **Educación Física y Deportes. Revista Digital**, n. 144. Buenos Aires, 2010.

GARCIA, Francisco José Teixeira. **A Distribuição de ICMS aos Municípios do Espírito Santo**: Concentração ou Desconcentração? 221p. 2002. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial). Eba-pe/FGV. Rio de Janeiro.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GOMES, Eduardo Granha M. **Conselhos gestores de políticas públicas**: Democracia, controle social e instituições. 110 p. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). EAESP/FGV São Paulo.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 21 jul. 2012.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Depto de Educação Especial, Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília. Apoio: CNPq. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2012.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição Estadual de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2012.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/34/LEI%2018030%202009%20-%20ICMS.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2012.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.393, de 9 de junho de 2010**. Regula o critério Esportes estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <http://esportes.mg.gov.br/esportes/icms-solidario-criterio-esportes>. Acesso em: 21 jul. 2012.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.814, de 15 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. Disponível em: http://www.esportes.mg.gov.br/images/stories/Legislacao/decreto_45814_2011.pdf. Acesso em: 20 jul. 2012.

MINAS GERAIS. **Resolução SEEJ 58/2010, de 9 de junho de 2010**. Dispõe sobre o critério Esportes do ICMS Solidário, estabelecido na Lei nº 18.030, de 2009, e no Decreto nº 45.393, de 9 de junho de 2010. Disponível em: <http://esportes.mg.gov.br/esportes/icms-solidario-criterio-esportes>. Acesso em: 21 jul. 2012.

MINAS GERAIS. **Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2009**. Disponível em: <http://esportes.mg.gov.br/esportes/icms-solidario-criterio-esportes>. Acesso em: 24 set. 2012.

MINAS GERAIS. **Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2010**. Disponível em: <http://esportes.mg.gov.br/esportes/icms-solidario-criterio-esportes>. Acesso em: 24 set. 2012.

MINAS GERAIS. **Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2011**. Disponível em: <http://esportes.mg.gov.br/esportes/icms-solidario-criterio-esportes>. Acesso em: 24 set. 2012.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**. Cascavel, n. 4, p. 1-16. Disponível em: http://www.caifcom.com.br/aula_setembro/artigo_metodologia_qualitativa.pdf. Acesso em: 24 set. 2012.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Apêndice A – Roteiro de entrevistas com os conselheiros municipais de esporte do Município de Arcos

Identificação do entrevistado

1. Nome:
2. Profissão:
3. Quanto tempo você está em exercício no conselho?
4. Qual instituição esportiva você representa?
5. Cargo na instituição?
6. O que você faz em seu município em relação ao esporte?

Sobre o Conselho Municipal de Esportes

1. Com que frequência o conselho se reúne?
2. Quais questões costumam ser discutidas nessas reuniões?
3. Como a pauta é decidida?
4. Como você avalia a relação do conselho com o poder público local?
5. O conselho apresenta demandas ao poder público local? (Em caso positivo) Quais são? Como as demandas são atendidas pelo poder público?

6. O poder público apresenta demandas ao conselho? (Em caso positivo) Quais são? Como as demandas são atendidas pelo conselho?
7. O conselho tem poder de decisão na política esportiva municipal? (Em caso positivo) Qual tipo de decisão?
8. Quais instituições normalmente executam eventos esportivos no município?
9. Como o conselho se relaciona com essas instituições?
10. Qual o papel do conselho na política do ICMS Esportivo?

Sobre os eventos esportivos

1. Quais as modalidades esportivas mais praticadas no município?
2. Quais as modalidades mais demandadas pela população do município?
3. Quantos atletas participam, em média, das atividades esportivas realizadas no município?
4. Nos últimos três anos, você percebeu variação no número de atividades esportivas realizadas? E no número de atletas? E no número de modalidades?
5. Você sabe dizer quanto seu município recebe de repasse do ICMS Esportivo? Esse repasse está sendo direcionado ao esporte?
6. Como você percebe a gestão esportiva do município nos últimos três (melhorou, piorou)?
7. Como são empregados os recursos pelo município na área de esportes?
 - a. Compra de material esportivo
 - b. Troféus, medalhas e outras premiações
 - c. Divulgação dos eventos
 - d. Transporte
 - e. Aluguel do local
 - f. Segurança
 - g. Arbitragem
 - h. Alimentação

- i. Hospedagem
 - j. Outros gastos _____
8. Você considera essa alocação eficiente? Por quê? Como poderia melhorar? Houve alguma mudança nos últimos três anos?
 9. Em sua opinião, houve alguma alteração na relação entre o poder público, o conselho e os dirigentes esportivos municipais em geral depois do ICMS Esportivo? Discorra a respeito.